



PARECER PRÉVIO Nº 15/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11520/2016**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Urucará.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** Sr. Felipe Antônio, Prefeito à época.
- 6- **Advogado:** Dr. Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM nº 6.975 e Dr. Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM nº 4331.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAM/DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4203/2017-MPC-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fls.3603/3609).
- 9- **Relator:** Conselheiro Mário Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Urucará. Exercício 2015.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das Contas Anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º da Constituição Federal, c/c o art. 127 da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2423/1996; e art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM), e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, ressaltando as prestações de contas de convênios firmados com os Órgãos federais e estaduais, em decorrência do que preceituam, respectivamente, os arts 71, inciso VI e 40, inciso V, respectivamente, das Constituições Federal e estadual, tendo discutido a matéria, nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1- Emite Parecer Prévio recomendando a **Desaprovação das Contas** da Prefeitura Municipal de Urucará, exercício financeiro de 2015, de responsabilidade do **Sr. Felipe Antônio**, na função de Agente Político, nos termos do art. 31, parágrafos 1.º e 2.º da CF/88, c/c o art. 127 da CE/89, art. 18, inciso I, da Lei Complementar n.º 06/91 e art. 1.º, inciso I e art. 29 da Lei n.º 2423/96;

10.2 – Oficiar a Câmara Municipal de Urucará, determinando o cumprimento no art. 127, §§ 5º, 6º e 7º, da Constituição do Estado do Amazonas, no prazo de 60 dias contados a partir da publicação no Diário Oficial Eletrônico, do Parecer Prévio emitido por esta Corte de Contas.



PARECER PRÉVIO Nº 15/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 11- Ata:** 11ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
12- Data da Sessão: 11 de Abril de 2018.
13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.
14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Relator

JULIO CABRAL
Conselheiro

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 15/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 15/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 11520/2016**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Urucará.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** Sr. Felipe Antônio, Ordenador de Despesas à época.
- 6- **Advogado:** Dr. Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM nº 6.975 e Dr. Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM nº 4331.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAM/DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4203/2017-MPC-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fls.3603/3609).
- 9- **Relator:** Conselheiro Mário Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Urucará. Exercício 2015.

*Irregularidade. Multa. Prazo. Recomendações
Determinação. Comunicado.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1– Julgar Irregular a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Urucará, exercício de 2014, sob a responsabilidade do **Sr. Felipe Antônio**, na condição de Ordenador de Despesa, nos termos do art. 22, III, “b” e “c”, da Lei 2.423/96 c/c o art. 188, §1º, III, “b” e “c”, da Resolução 04/2002-TCE/AM, pelo cometimento das irregularidades de sua responsabilidade apontada no corpo do Relatório/Voto;

10.2 – Aplicar Multa ao **Sr. Felipe Antônio** no valor de **R\$ 14.894,73** (quatorze mil oitocentos e noventa e quatro reais e setenta e três centavos), que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, relativamente às restrições 1, 4, 5, 6, 7, 11, 12, 13, 15, 17, 19, 20, 21, 23, 24, 31, 33 e 34 da DICAMI, bem como das restrições 7 e 9 do item 6.1, restrições 1, 3, 6 e 8 do item 6.2, restrições 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 do item 6.3 e restrições 4, 8 e 12 do item 6.5 da DICOP, listadas no corpo deste Voto, não sanadas, nos termos do art. 54, II, da Lei nº 2423/96 c/c art. 308, VI, da Resolução 04/2002-TCE/AM. O recolhimento deve ser feito no **prazo de 30 dias**;



ACÓRDÃO Nº 15/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 15/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

10.3 – Conceder prazo, ao Sr. Felipe Antônio, de 30 (trinta) dias para recolher o valor constante no item 3, com comprovação perante a este Tribunal, nos termos dos arts. 72, III, “a”, da Lei nº 2.423/1996 c/c art. 169, I, do R/TCE, autorizando a instauração de inscrição dos débitos na dívida ativa e a instauração da cobrança executiva, no caso de não recolhimento, ex vi do art. 173, do R/TCE;

10.4 – Recomendar à origem que:

- a) Observe e cumpra o prazo de remessa das Contas Anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal de Urucará, a União até trinta de abril do exercício do ano seguinte, conforme disciplina o art. 51, § 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 101/2000-LRF, para que fatos desta natureza não tornem a acontecer sob pena de reincidência neste tipo de infração, ficando o atual gestor ou outro que venha a assumir a direção daquele Poder executivo Municipal, sujeitos as sanções previstas no art. 54, inciso VII, da lei nº 2.423/93 (restrição 2);
- b) Implante mecanismos no sentido de cumprir os prazos de remessas dos informes periódicos via Portal E-Contas a este Tribunal, conforme estabelece o art. 3º da Resolução TCE nº 13/2015, assim como às Decisões Administrativas do Egrégio Tribunal Pleno desta Corte de Contas relativas a prazos de envios dos referidos informes periódicos (restrição 7);
- c) Cumpra estritamente ao que dispõe o inciso II do art. 1º da Resolução TCE nº 27/2013, referente ao encaminhamento da Prestação de Contas da Prefeitura à Câmara Municipal, devidamente assinado pelo Prefeito (restrição 8);
- d) Observe e cumpra o prazo da publicação da Lei Orçamentária Anual – LOA de exercícios futuros, conforme previsto no art. 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 06/1991, caso, ocorra falha desta natureza em exercícios posteriores, estará o atual gestor ou outro que venha a assumir a direção do Poder Executivo do Município de Urucará, sujeitos as sanções previstas no art. 54, inciso VII, da Lei nº 2423/93, por reincidência (restrição 9);
- e) Observe e cumpra o prazo da publicação dos extratos dos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial nos termos do art. 9º da Lei Complementar nº 06/91, devidamente assinado pelo Prefeito, Secretário ou Chefe do Setor Financeiro e por profissional legalmente habilitado, responsável pela contabilidade do Município (restrição 10);
- f) No sentido de que seja feita às publicações dos decretos municipais abertos durante o exercício para suplementação de créditos adicionais, na forma estabelecida no art. 85 da lei Orgânica do Município de Urucará (restrição 16);



ACÓRDÃO Nº 15/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 15/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

- g) Adote procedimentos para o efetivo cumprimento dos ditames estabelecido no art. 3º, inciso III, da Resolução TCE nº 11/2012-FUNDEF, relativo ao visto nas folhas de pagamentos de Pessoal relativas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF pelo Conselho Municipal referido no art. 24º da Lei Federal nº 11.494/2007 (restrição 18);
- h) Observe o cumprimento do exposto nos incisos I, II, XXV, XXVI, XXVII, XXVIII, XXIX, XXXI e alínea “d” do inciso XLVII, do art. 1º, da Resolução nº 27/2013-TCE/AM. Nos casos de inexistência de quaisquer documentos ou informações obrigatórias, a autoridade competente deverá apresentar declaração negativa, devidamente justificada conforme determina o § 2º do referido artigo do diploma legal (restrição 22);
- i) Viabilize esforços no sentido de atender de forma rigorosa os Princípios e Normas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e realização de estudos para calcular as despesas com depreciação e amortização de todos os bens do ativo imobilizado escriturados, nos termos do exposto no art. 100, da Lei nº 4.320/64, no Manual de Contabilidade Pública do Setor Público (MCASP), NA Norma Brasileira de Contabilidade “NBT T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão” e aos Princípios Contábeis da Prudência e da Oportunidade (restrição 24);
- j) Adote providências para que as despesas com compras e prestações de serviços realizadas em exercícios futuros sejam provenientes de Processos Administrativos, ou seja, solicitação inicial, indicando o destino e objeto do material a ser adquirido e do serviço a ser prestado, garantindo assim a motivação legal da despesa, seguido dos demais procedimentos administrativos, com objetivo de descentralizar e dar mais transparência a despesa pública, evitando assim, desperdício ou gasto desnecessário, em atenção aos artigos 37 e 70 da Constituição Federal (restrição 25);
- k) Informe nas notas de empenhos emitidas pela entidade relativa a processos licitatórios, dispensas ou inexigibilidades e nos contratos derivados destes, exceto os de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica, em observância ao exposto no art. 62, §§ 2º e 4º, da Lei Nº 8.666/93 (restrição 26);
- l) Adote procedimentos para que seja exercido na íntegra as determinações contidas no art. 94, da Lei nº 4.320/64, caso, ocorra falha desta natureza em exercícios posteriores, estará futuro gestor que venha a assumir a direção do Poder Executivo do Município de Urucará, sujeitos as sanções previstas no art. 54, inciso VII, da Lei nº 2423/93, por reincidência (restrição 26);



ACÓRDÃO Nº 15/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 15/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

- m) Dispense maior atenção, e, sobretudo condições necessárias para o efetivo cumprimento das determinações contidas no art. 11, da Lei Complementar nº 101/2000-LRF, relativo à inscrição e efetivamente arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação, especificamente aqui os créditos da dívida ativa do município (tributários e não tributários), com sua efetiva inscrição e cobrança administrativa, caso, não alcance êxito no feito, imediatamente acione a cobrança judicial (restrições 29 e 30);
- n) Adote procedimentos para que nos processos de despesas com diárias para cobertura de despesas de alimentação, pousada e locomoção urbanas concedidas aos agentes políticos e servidores do município, deverão constar comprovantes de deslocamento do favorecido, em atenção o expresso no art. 4º da Lei Municipal nº 15, de 13 de agosto de 2013, cumprindo assim a fiel liquidação das despesas de acordo com expresso no art. 63, e inciso da Lei nº 4320/64 (restrição 32);
- o) Promova ações de forma efetiva ao cumprimento dos ditames estabelecido no art. 48, parágrafo único, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000-LRF, alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, bem como, o inciso VI, do § 3º do art. 8º, da Lei nº 12.527/2011, que regula o Acesso a Informação prevista no inciso XXXIII, do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal, quanto à manutenção atualizada do Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Urucará (restrição 4);
- p) Observe e cumpra o exposto no § 1º, do art. 36, da Lei Complementar nº 141/2012, relativo à ampla divulgação, inclusive por meios eletrônicos de acesso público o Parecer sobre as Contas do Fundo Municipal de Saúde de exercício vindouro, expedido pelo Conselho Municipal de Saúde, inciso XI, art. 18, da Lei nº 8.080/1990 (restrição 8);
- q) Observe e cumpra o exposto no art. 38, inciso II, da Lei nº 8.666/93 c/c art. 21, inciso XII, do Decreto nº 3.555/2000, nos futuros procedimentos licitatórios na modalidade denominada Pregão realizados pela Administração do Município;
- r) Observe e cumpra o exposto no art. 3º da Lei nº 8.666/93, nos futuros procedimentos licitatórios realizados pela Administração do Município.

10.5 – Determinar para a próxima Comissão de Inspeção Ordinária que:

- a) Certifique se o Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Urucará está atualizado no momento da próxima inspeção in loco, nos termos do art. 2, § 2º, inciso II, do Decreto nº 7.185/2010, caso contrário, tome as providências que o caso requer;
- b) Confirme se realmente foram adotadas medidas necessárias pelo gestor das contas em apreciação no sentido de regularizar as



ACÓRDÃO Nº 15/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 15/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

questões apontadas nos itens 3, 16, 29 e 30 do Relatório Conclusivo nº 68/2017-DICAMI, caso contrário, tome as providências que o caso requer.

10.6 – Comunicar à Secretaria da Receita Federal, com fulcro no art. 2º da Lei 11.457/2007 acerca das restrições 5 e 6 apontadas no corpo do Relatório/Voto, por ser de sua competência a fiscalização sobre as contribuições sociais, previdenciárias e/ou tributárias;

10.7 - Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que adote as providências previstas no art. 161 da Resolução 04/2002 - TCE/AM.

11- Ata: 11ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 11 de Abril de 2018.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral